

Ata da 62^a sessão do ano, 1^a ordinária do mês, realizada a partir das 18:30 horas, do dia 04 de novembro de dois mil e vinte e cinco. Aberta a sessão pelo Sr. Presidente, vereador Hernane Rodrigues Avelar, o qual determinou a leitura de um trecho da Bíblia, passando em seguida para a assinatura da ata da sessão anterior, a qual todos acharam conformes. Ausentes da sessão os vereadores Daniel Hipólito, Waldivino de Freitas e Flávio Dias, por motivos previamente justificados. Presentes à sessão alguns populares, devidamente constados no livro de frequência desta Casa. Foi feita a leitura de algumas correspondências enviadas a este Legislativo. Ainda foi feita a leitura de um ofício do Sr. Prefeito, encaminhando à Câmara o Projeto de Lei nº 49/25, que “Autoriza o Poder Executivo a permitir a sub-rogação de encargo em doação de imóvel à Loja Maçônica Campo Formoso nº 12 e dá outras providências”, o qual após a concordância dos líderes das Comissões, foi enviado pelo Sr. Presidente, conjuntamente para as Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento, para a emissão de parecer. O Sr. Presidente colocou em segunda votação, o Projeto de Lei nº 35/25, de 13/08/25, de iniciativa do Sr. Prefeito, que “Institui o Centro Municipal de Acolhimento à criança - CEMAC e dá outras providências”, o qual foi aprovado por 07 (sete) votos favoráveis, razão pela qual foi determinada pelo Sr. Presidente, a expedição do respectivo Autógrafo de Lei, do mencionado Projeto. No expediente destinado à apresentação de requerimentos, o vereador Carlos Eduardo requereu por escrito, o envio de ofícios ao Sr. Paulo Acácio de Sousa, Secretário Municipal de Controle Interno, bem como ao Sr. Ubirajara José da Silva Filho, Secretário Municipal de Administração e Finanças, pedindo para que informem, no prazo legal, e enviem a esta Casa, os documentos e informações relativas aos Microempreendedores Individuais (MEIs) contratados pela Prefeitura Municipal no último mês de competência de setembro de 2025, incluindo a relação completa dos contratados, a cópia dos cartões de CNPJ, a função/serviço detalhadamente prestado por cada MEI dentro da estrutura da Administração, a documentação de pagamento e as cópias dos respectivos empenhos de pagamento de cada um desses MEIs, referentes ao mês de setembro, visando dar publicidade e transparência dos atos administrativos, bem como cumprir o papel fiscalizador do Poder Legislativo. O objetivo é obter clareza sobre a natureza e a legalidade das contratações de pessoas jurídicas na modalidade MEI, garantindo o bom uso dos recursos públicos e

verificando o efetivo cumprimento dos contratos. O vereador Carlos Eduardo esclareceu os motivos de seu requerimento, comentando que segundo as pesquisas que fez a respeito desses contratos, no portal transparência da Prefeitura, existem divergências de valores para prestadores de serviços da mesma função, razão pela qual deseja tais informações, mas deixou claro que sua intuição não é a de provocar exoneração de nenhum desses prestadores de serviços, mas apenas esclarecer os fatos. O vereador João Lucas comentou a respeito do requerimento, ressaltando que conforme foi relatado na sessão anterior pelo vereador Ulysses Castro, a administração municipal ficaria inviável sem essas contratações via MEI, principalmente nas Secretarias de Educação e de Saúde, mencionando ainda que por causa das divergências de valores, não vê a necessidade de requerimento, pois cada um recebe segundo o serviço prestado, mesmo sendo referente à mesma função, faltando apenas uma interpretação lógica dos dados. O vereador Carlos Eduardo informou ao vereador João Lucas que entende a sua colocação, mas fez seu requerimento embasado no que está no portal da Prefeitura, justamente para que através dos documentos solicitados, venha ter transparência na fiscalização dos fatos, pois infelizmente existem casos de MEIs que só recebem, ou que foram contratados para determinada função, para a qual nunca foram qualificados, enfim, através dos documentos será possível fiscalizar e tirar todas as dúvidas. Os vereadores Ronaldo Costa e Osvaldo Peixoto também comentaram a respeito do requerimento, explicando sobre a abertura e o funcionamento dos contratos via MEIs, sendo que a vereadora Roseli Mesquita parabenizou o vereador Carlos pelo requerimento, adiantando que o apoia e que deseja analisar essa documentação juntamente com o mesmo, quando o requerimento for respondido. O vereador Ulysses Castro comentou e explicou a respeito das diferenças de valores pagos aos MEIs, exemplificando as situações, pois se trata de prestadores de serviços, adiantando que em muitos outros municípios têm acontecido essas contratações e adiantou que vê certo tipo de perseguição a essa categoria, que felizmente encontrou essa forma de obter renda para a sobrevivência de suas famílias, sendo que o vereador Carlos Eduardo alegou que jamais se trata de perseguição aos MEIs, pelo contrário, quer os dados para mostrar transparência nesses contratos, bem como nos pagamentos para que haja igualdade na prestação do mesmo serviço. Após mais alguns comentários sobre o assunto, o Sr. Presidente

colocou o requerimento em votação, o qual obteve 05 (cinco) votos contrários e 02 (dois) votos favoráveis, razão pela qual o mesmo foi considerado rejeitado pelo plenário. O vereador Osvaldo Peixoto apresentou requerimento verbal, solicitando o envio de ofício ao Sr. Hélio Joaquim Diniz, Secretário de Infraestrutura e Serviços Urbanos, pedindo para que seja construído um quebra-molas na Rua 103, Qd.17, Lt. 05, no Setor Bela Vista, vez que os motoristas tem abusado da velocidade nesta rua e os moradores reivindicam esta providência. O requerimento foi discutido e em seguida, colocado em votação pelo Sr. Presidente, o qual foi aprovado por 07 (sete) votos favoráveis. Não havendo mais requerimentos a serem apresentados, o Sr. Presidente destinou o expediente à palavra livre. O vereador Carlos Eduardo comentou a respeito do temporal que ocorreu em nosso município recentemente, tanto na cidade como na zona rural, o qual infelizmente danificou partes da cidade, envolvendo ruas, casas, empresas, enfim, causou grandes transtornos por causa da sua intensidade, chamando a atenção para o quanto nossa cidade precisa investir em infraestrutura para passar por esse tipo de situação, como por exemplo, na rua de acesso ao Country Clube, que ficou totalmente destruída, sem falar na falta de energia por toda parte, causando prejuízos aos consumidores, havendo de iniciar debates, no sentido de buscar soluções para enfrentarmos essas situações, pois pode acontecer novamente. A vereadora Roseli Mesquita comentou a respeito, lamentando que infelizmente as políticas públicas não estejam sendo discutidas como deveria, ressaltando que no ano de dois mil e trinta e três, será o prazo limite para que os municípios se adequem quanto às redes pluviais e de esgoto, sendo que em Orizona nenhuma audiência pública foi feita para esta questão e nem mesmo para discussões sobre a LOA - Lei Orçamentária Anual e o PPA - Plano Plurianual, que são projetos fundamentais, pois qualquer obra voltada para a infraestrutura de nossa cidade precisa estar incluída no orçamento do município. O vereador Osvaldo Peixoto comentou que há anos a rua de acesso ao Country Clube apresenta sérios problemas, principalmente quando veem chuvas de grande intensidade, pois por ela desce muita água e a infraestrutura que foi feita, infelizmente não suporta, mas é preciso buscar recursos juntos aos deputados que nos representam, a fim de fazer o serviço certo e eficaz para conter a água. O vereador Ronaldo Costa também comentou sobre o assunto envolvendo a forte chuva que ocorreu, mencionando que não foi só

em Orizona que causou danos, pois foi noticiado estragos em outras cidades, citando outros pontos que também merecem atenção, além da Rua do Country, sendo que após outros comentários feitos pelo vereador Osvaldo, a vereadora Daniela de Oliveira registrou sua solidariedade às famílias que tiveram prejuízos, pois há relatos de residências que foram invadidas pelas enxurradas, se colocando à disposição para discutir sobre as saídas que precisam ser encontradas, a fim de diminuir esses impactos em nossa cidade. O Sr. Presidente registrou seus pêsames à família do Sr. Márcio Acácio, irmão do Secretário Municipal de Controle Interno, Sr. Paulo Acácio, o qual infelizmente veio a óbito após sofrer um trágico acidente de carro. Finalizando a sessão, o Sr. Presidente prestou agradecimentos a todas as pessoas que participaram, tanto presencialmente no plenário, como nas redes sociais deste Legislativo. E não havendo nada mais a tratar, a sessão foi encerrada pelo Sr. Presidente, o qual convocou os Srs. Vereadores para a próxima sessão ordinária desta Casa, a realizar-se no dia 11/11/25, às 18:30 horas, e, para constar, eu, Elisângela de Lourdes Ferreira, Analista Legislativo, redigi esta ata e se estiver de acordo será assinada.